



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS E ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Ata da reunião realizada no dia 05 de março de 2020.

Ata da reunião realizada no dia 05 de março de 2020.

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, no gabinete Vice-Presidência, às doze horas, sob a presidência do Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, e na presença dos Desembargadores Tyrone José Silva e Jaime Ferreira de Araújo, membros desta comissão, reuniu-se a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos para apreciar e decidir os processos em pauta:

01) Processo nº. 48178/2019, no qual o Desembargador Marcelo Carvalho Silva, Corregedor-Geral da Justiça, apresenta proposta de criação da Coordenadoria Judiciária para erradicação do sub-registro de nascimento e para ampliação de acesso à documentação básica; adiado em razão da ausência justificada do relator, Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

02) Processo nº. 30308/2019, no qual o Desembargador Marcelo Carvalho Silva, Corregedor-Geral da Justiça, sugere a alteração do art. 15, inciso II, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, que trata da redistribuição do feito quando há impedimento ou suspeição do juiz; adiado em razão da ausência justificada do relator, Desembargador José de Ribamar Castro.

03) Processo nº.52786/2019, no qual a Diretora de Recursos Humanos, Mariana Clementino Brandão, apresenta proposta de alteração da tabela de vencimentos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão; restou prejudicado, uma vez que fora aprovado por unanimidade pelo Plenário desta egrégia Corte na sessão plenária administrativa do dia 04.03.2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS E ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Ata da reunião realizada no dia 05 de março de 2020.

04) Processo nº. 52.075/2018, no qual o Desembargador Marcelo Carvalho Silva, Corregedor-Geral da Justiça, apresenta proposta de alteração da competência, em matéria de registros públicos, na Comarca de Imperatriz e instalação da Vara do Idoso e Registros Públicos no Termo Judiciário de São Luís; a comissão, unanimemente, decidiu aprovar a proposta nos termos do voto do relator, Desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

Do que para constar, foi por mim, Danielle Mesquita de França Sousa, designada secretária *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada:

Des. Lourival Serejo
Presidente

Des. Tyrone José Silva
Membro

Des. Jaime Ferreira de Araújo
Membro

Servidora Danielle Mesquita de França Sousa
Secretária designada